

O *Soft* e o *Sharp Power* no Estudo de Área da China: um olhar sobre a diplomacia pública chinesa a partir da Rede de Cidades Criativas UNESCO | *Soft and Sharp Power in Area Studies of China: the Chinese public diplomacy in the UNESCO Creative Cities Network.*

Niedja de Andrade e Silva Forte dos Santos

Doutoranda em Relações Internacionais pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, Portugal. É graduada e mestre em direito. Como secretária adjunta de desenvolvimento econômico e inovação em Santos, Brasil, coordenou a aplicação da cidade à Rede de Cidades Criativas UNESCO, além de ser responsável, como diretora de inovação da mesma cidade, pela candidatura do município à sede da conferência UNESCO 2020 das cidades criativas, a ser realizada pela primeira vez na América Latina. Email: niedjasantos@icloud.com

DOI:10.33167/1645-4677.DAXIYANGGUO2019.24/pp.73-101

Resumo

O estudo da diplomacia pública chinesa revela uma dicotomia. De um lado, é exaltada sua mestria no uso do soft power, especialmente através da cultura e tradições chinesas. De outro, é apontada como exemplo no exercício do sharp power, modelo ideológico que privilegia o autoritarismo em detrimento da atração e influência, próprias ao soft power. Este artigo, produzido no domínio das relações internacionais com a lente interpretativista, na perspectiva dos estudos de área, visa contribuir para a compreensão do papel do soft e do sharp power na diplomacia pública chinesa. É adotado o estudo de caso como método, centrado na atuação de três cidades chinesas no contexto da UNESCO Creative Cities Network. A recolha de dados deu-se por observação direta em visitas às cidades objeto do estudo, entre 2016 e 2019, acrescida de consulta documental. A análise dos dados é realizada pelo método de combinação de padrão, usando indicadores e variáveis operacionalizados a partir dos conceitos chave da investigação.

Palavras-chave: *China, diplomacia pública, soft power, sharp power, relações internacionais, estudo de área.*

Abstract

The public diplomacy of China has a dichotomy. On one side, its mastery in the use of soft power is exalted, especially through Chinese culture and traditions. On the other side, it is taken as an example because of the use of sharp power in the international sphere, the ideological model that privileges authoritarianism over attraction and influence, characteristics of soft power. This article, with interpretative lens, in the field

of international relations, from the perspective of area studies, aims to contribute to a better understanding of the role of soft and sharp power in China's public diplomacy. The case study is its method, focused on the performance of three Chinese cities in the UNESCO Creative Cities Network. The data collection was done by direct observation in visits to those cities between 2016 and 2019, as well as by document consultation. The clustering method guided the data analysis, using indicators and variables from operationalized key concepts as categories.

Keywords: *China, public diplomacy, soft power, sharp power, international relations, area studies.*

Introdução

“It is somewhat in the order of the contemporary history of nations, covering all fields: economics, trade, exchange, movement of production, of goods, of currency, as well as politics and culture. ... The factor uniting the problems which form the science of international relations is their international character, that is to say, the tie which is created among all domains of social life when that life transgresses the limits of one single nation and influences the relations among nations.” (Morgenthau, 1952, p. 648).

Como refere Morgenthau, no texto em epígrafe extraído de seu artigo “Area Studies and The Study of International Relations”, a importância dos estudos de área das relações internacionais é sobrelevada quando os fatos sociais de uma nação passam a influenciar as relações entre nações, seara habitada pela diplomacia. No referido artigo, o autor relata a origem do formato dos estudos de área, a partir da integração entre vários ramos de aprendizagem, como economia, ciências sociais, cultura, ciências políticas, história, ampliando a perspectiva intelectual dos investigadores. Um de seus principais resultados é a compreensão cultural de realidades até então estranhas ou alheias, enquanto que o estudo tradicional das relações internacionais é monocular, normalmente desenvolvido apenas a partir da história e do direito internacional (1952, 647-655).

Os estudos de área têm sua gênese na necessidade funcional de preparação dos homens para a guerra (Morgenthau, 1952, p. 647; Derichs, 2015, p. 29), mas Modelski lhes atribuiu duas funções contemporâneas principais: a de permitir a análise dos processos políticos internacionais no caso concreto e a de servir como ponto de partida para a análise de proposições teóricas (1961, p. 143). A presente investigação situa-se na segunda hipótese.

A China é reconhecida internacionalmente pelo exercício da diplomacia pautada em ações bilaterais focadas na cultura chinesa, sobretudo através do cinema, gastronomia, pintura, caligrafia, literatura, medicina chinesa, acupuntura e artes marciais (D’Hooghe, 2005). Este cenário levou Wang a mencionar que “nowhere else has the idea of “*soft power*” been as

widely discussed, embraced, and appropriated as in China” (2011, p. 1), fazendo referência aos esforços chineses de diplomacia pública para aprimorar sua identidade global. Contudo, quando o assunto é a emissora internacional de televisão chinesa, a CCTV, é constatada a dificuldade para conquistar “minds and hearts” em virtude do modelo estatocêntrico, que controla a circulação de informação, prejudicando fortemente a audiência, tal como ocorre no Reino Unido (Zhang, 2011).

Nesse domínio, cientistas das relações internacionais têm acompanhado a emergência do *sharp power*, modelo ideológico que privilegia o poder autoritário do Estado em detrimento da atração e influência, comuns ao *soft power*, sendo hostil à liberdade de expressão, ao debate aberto e ao pensamento independente (Walker & Ludwig, 2017b, p. 7). De um lado, o padrão tem sido apontado por especialistas para exemplificar a atuação e o comportamento da China nas relações internacionais (Nye, 2019, p. 16-19; Leonova, 2019), enquanto que, de outro lado, autores, especialmente de origem oriental, afirmam que tais assertivas são narrativas ocidentais sobre a China, sem o devido lastro (Peng, 2019; Si, 2018; Jun, 2017).

Assim, hodiernamente, o *soft power* e o *sharp power* são apresentados como os modelos de atuação internacional da China na diplomacia pública. Recentemente, Melissen & Wang constataram a carência de estudos mais específicos sobre os impactos do *sharp power* em tais domínios (2019, p. 4).

A partir do paradigma interpretativista, essa pesquisa, realizada no âmbito dos estudos de área das relações internacionais, adotando o estudo de caso como método, tem por objetivo contribuir para a melhor compreensão da atuação da China na diplomacia pública, através das ferramentas *soft power* e *sharp power*. A pesquisa põe foco na análise das cidades chinesas na rede de cidades criativas da UNESCO, para obter a melhor compreensão do fenômeno. Assim, o estudo de área serve como ponto de partida para a investigação dos referidos modelos teóricos (Modelski, 1961, p. 143).

Para tanto, os tópicos do artigo são desenvolvidos apresentando a operacionalização conceitual de diplomacia pública, *soft power* e *sharp power*; o enquadramento teórico; as considerações metodológicas; para, então, apresentar o estudo de caso da UNESCO Creative Cities Network

(UCCN), analisando o *soft* e *sharp power* na atuação diplomática de três cidades chinesas nas suas interações internacionais, a partir de indicadores e variáveis escolhidos. No fim, espera-se atingir a conclusão, evidenciando como os estudos de área podem colaborar para o entendimento das relações internacionais, através do olhar sobre a atuação da China na diplomacia pública.

Operacionalização conceitual: diplomacia pública, *soft* e *sharp power*

Os conceitos chave dessa pesquisa são três: “diplomacia pública”, “*soft power*” e “*sharp power*”, pelo que serão operacionalizados, com indicadores e variáveis.

O termo diplomacia pública tem história relativamente recente. Ele teria sido usado pela primeira vez em 1856 pelo jornal britânico *The Times*, com sentido de civilidade para referir-se ao 14º presidente americano, Franklin Pierce. Em 1871, foi citado pelo congressista e embaixador americano para o império otomano, Samuel Cox, com o significado de política de comunicação entre o governo e o grande público, ao criticar o modo de agir dos Estados Unidos em relação à anexação de Santo Domingo¹⁵ (Cull, 2009, p. 19). No ano de 1918, o famoso discurso *Fourteen Points*, do presidente americano Woodrow Wilson fez referência ao termo diplomacia pública no ponto um, opondo-a à diplomacia secreta: “I. Open covenants of peace, openly arrived at, after which there shall be no private international understandings of any kind but diplomacy shall proceed always frankly and in the public view”¹⁶ [grifo nosso] (United States, 1918, p. 5). Assim, fácil notar que o termo foi construindo seu significado ao longo do tempo.

A partir da década de 50, a atividade diplomática passaria a ser percebida e exercida predominantemente com foco no desempenho público, com aspecto de propaganda. Na ocasião, o jornal *o New York Times* usou

¹⁵ Como era então chamada a atual República Dominicana.

¹⁶ Em carta escrita ao Secretário de Estado Robert Lansing, em 12 de março de 1918, Woodrow Wilson viria a esclarecer, a respeito da “open diplomacy”: “I meant not that there should be no private discussions of delicate matters, but that of any sort should be entered into and that all international relations, when fixed, should be open, above-board, and explicit.” Recuperado em: <https://tile.loc.gov/image-services/iiif/service:mss:mss46029:mss46029_154:0242/full/pct:100/0/default.jpg>.

o termo com conotação positiva para referir-se ao carisma de John Kennedy. Contudo, na mesma época, o comentarista político americano Walter Lippmann viria a referir-se ao termo como praga, na coluna *Today and Tomorrow* do jornal *Washington Post* (Cull, 2009, pp. 20-21).

Embora a ideia de exercer diplomacia através do poder de influência da opinião pública sempre tenha existido (Melissen, 2005, p. 5-6), Edmund Gullion é apontado como aquele que cunhou o termo diplomacia pública ao referido significado (Mendes, 2017, p. 160; Schneider, 2005, p. 184; Cull, 2009, p. 21). O feito deu-se através da brochura do Centro de Diplomacia Pública Edward R. Murrow:

Public diplomacy . . . deals with the influence of public attitudes on the formation and execution of foreign policies. It encompasses dimensions of international relations beyond traditional diplomacy; the cultivation by governments of public opinion in other countries; the interaction of private groups and interests in one country with another; the reporting of foreign affairs and its impact on policy; communication between those whose job is communication, as diplomats and foreign correspondents; and the process of intercultural communications (Cull, 2009, p. 19).

Já o jornalista americano Edward Murrow, que cedeu seu nome ao centro de estudo da diplomacia retro mencionado, definiu diplomacia pública como “interactions not only with foreign governments but primarily with nongovernmental individuals and organizations, and often presenting a variety of private views in addition to government views” (Nye, 2008, p. 101).

Na década de 70, a diplomacia pública já era amplamente entendida e praticada, sobretudo nos Estados Unidos, como uma construção complexa de relacionamentos de longo prazo destinada a transmitir informações e imagem, criando o ambiente favorável à política externa do governo (Nye, 2008, p. 95).

Nye define a diplomacia pública como a forma pela qual os governos mobilizam os valores, cultura, práticas e políticas internas atraentes, essencialmente a radiodifusão, exportações culturais, intercâmbios,

dentre outros, para se comunicar e atrair públicos estrangeiros, além de seus governos (2008, p. 95). Na mesma linha, Sharp (2005, p. 106) a define como o processo pelo qual relações diretas são mantidas com pessoas de um país para alavancar os interesses e valores daqueles que são representados. Cull atribui ainda à diplomacia pública a garantia da segurança reputacional do Estado (2019, p. 135), o que confere à entidade estatal a defesa e proteção pelos stakeholders internacionais.

De tais visões, depreende-se que, para uns, o conceito de diplomacia pública está mais associado aos interesses e valores dos que são representados (Sharp, 2005, p. 106; Zaharna 2010, p. 1). Para outros, aos esforços de gerar *soft power*, criando atratividade, através da mobilização de cultura, políticas internas, intercâmbios e outras ações (Nye, 2008, p. 94-95), sendo assim, uma evolução natural da diplomacia (Melissen, 2005, p. 3), fincada em pressupostos como a credibilidade, a autocrítica e a participação da sociedade civil (Nye, 2019, p. 7). As principais ferramentas da diplomacia pública são as diretrizes de política externa; atividades culturais; políticas públicas; intercâmbios; reuniões, discursos e videoconferências com autoridades e experts; disseminação das mensagens-alvo em diversos idiomas; entrevistas para os media; meios de comunicação escrita e audiovisual tradicionais; meios de comunicação digital e redes sociais; ou seja, canal de diálogo e feedback (Melissen, 2001, p. 10; Zaharna, 2010, pp. 31- 52; Cull, 2019, pp. 18-21). Assim, podem ser consubstanciadas em cultura, comunicação, intercâmbios e políticas.

Os Estados, associações de Estados, entes subnacionais e não estatais são os principais atores da diplomacia pública (Melissen, 2001, p. 10), com reforço do importante papel do público interno na consolidação da política externa (Pisarska, 2016). Para efeitos da presente pesquisa, o foco será mantido nos atores subnacionais, especificamente as cidades. Hodiernamente, o exercício da diplomacia pública pelas cidades tem grande notoriedade e é referido como a “‘foreign policy’ of cities to consist in a city’s formal strategy in dealing with other governmental and non-governmental actors on an international stage (Curtis & Acuto, 2018, p. 8). Nessa esteira, Pluijm & Melissen conceituam a atuação diplomática das cidades como: “institutions and processes by which cities, or local governments in general,

engage in relations with actors on an international political stage with the aim of representing themselves and their interests to one another” (2007, p. 6), sendo uma das formas de diplomacia pública do Estado.

Assim, a definição para o conceito chave de diplomacia pública nessa pesquisa, operacionalizada na Tabela 1, fica consolidada como o instrumento da política externa, alicerçando a atividade diplomática do Estado, sendo exercida por este e outros atores subnacionais, como as cidades, com o objetivo de desenvolver interesses internacionais do Estado, construir relacionamentos de longo prazo, transmitir informações, consolidar a imagem, influenciar e engajar a audiência. Para tanto, utiliza como principais ferramentas: a cultura, comunicação, intercâmbios e políticas.

Tabela 1 – Operacionalização do conceito chave diplomacia pública

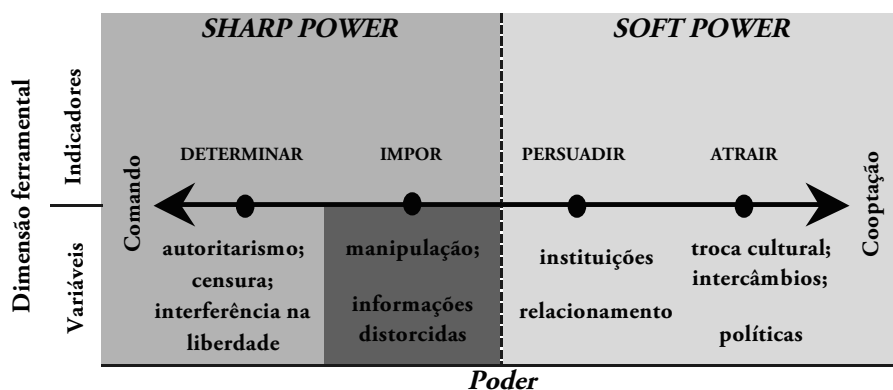
| Definição do conceito | Dimensão | Indicadores | Variáveis |
|--|-------------|----------------------------|--|
| instrumento da política externa, alicerçando a atividade diplomática do Estado, sendo exercida por este e outros atores subnacionais, como as cidades | Sujeitos | Rol de atores da DP | <ul style="list-style-type: none"> - Estados - Atores subnacionais |
| com o objetivo de desenvolver interesses internacionais do Estado, construir relacionamentos de longo prazo, transmitir informações, consolidar a imagem, influenciar e engajar a audiência. | Motivação | Escopo da Política Externa | <ul style="list-style-type: none"> - Interesses internacionais - Relacionamentos de longo prazo - Transmissão de informações - Influenciar e engajar a audiência |
| Para tanto, utiliza como principais ferramentas: a cultura, comunicação, intercâmbios e políticas. | Ferramental | Rol de estratégias da DP | <ul style="list-style-type: none"> - Cultura - Comunicação - Intercâmbios - Políticas |

Fonte: tabela elaborada pela autora conforme Martins (2017)

É fácil notar que a noção de influência é central para o referido conceito. Nesta seara, o *soft power* é apontado como norteador da diplomacia pública (Santos & Ferreira, 2012, pp. 125-126; Nye, 2008, p. 95). Cunhado em 1990 por Joseph Nye, *soft power* significa uma estratégia de atingir os objetivos estatais através da atração, persuasão e admiração (Nye, 2004a, p. 5), servindo como multiplicador das ações realizadas internacionalmente. Contudo, o pai do *soft power* lembra: “*soft power alone is rarely sufficient*” (Nye, 2019, p. 8).

Dentre os possíveis complementos ao *soft power*, está o *sharp power*. Nada obstante ser uma prática identificada anteriormente, como por exemplo, por Zhang, em 2011, ao tratar do caso do controle de informações pela emissora internacional chinesa CCTV, o termo foi usado pela primeira vez em novembro de 2017 por Walker & Ludwig em artigo da Foreign Affairs (Walker & Ludwig, 2017a), ao analisarem o comportamento internacional da Rússia e da China (NED, 2017). O *sharp power* é afeto ao autoritarismo na cena internacional, principalmente perfurando a política e o ambiente de informações nos países alvo, hostil à liberdade de expressão e à independência de pensamento. Normalmente, reveste-se da manipulação de informações, censura e abstração da realidade para atingir seus objetivos políticos (Walker & Ludwig, 2017a). Nye afirma que o *sharp power* guarda proximidade com o *hard power*, distinguindo-se desse ao limitar escolhas voluntárias, inclusive na information warfare (Nye, 2018).

Para os efeitos dessa pesquisa, o *soft power* fica definido como a habilidade de um corpo político, como por exemplo o Estado, de influenciar indiretamente o comportamento ou interesses de outros estados com posturas baseadas essencialmente na persuasão e atração, através de recursos como as instituições, relacionamento, trocas culturais, intercâmbios e políticas (Nye, 2014b). Já o *sharp power* fica definido como a estratégia de influenciar politicamente a audiência internacional, através de imposições ou determinações, usando recursos como autoritarismo, censura, interferência na liberdade, manipulação e informações distorcidas (Walker & Ludwig, 2017a). O quadro da Figura 1 representa a relação e diferenças entre ambos poderes na dimensão ferramental, especificando indicadores e variáveis.

Figural – Quadro da dimensão ferramental do *sharp power* e o *soft power*

Fonte: elaborado pela autora, com inspiração em Nye (2004a, p. 8) e Martins (2017)

Para o atingimento de seus objetivos, essa pesquisa mantém o foco na variável intercâmbio da diplomacia pública, entendido como os contatos entre estrangeiros e nacionais, promovidos pelo governo chinês com objetivo técnico ou cultural. No campo dos intercâmbios, a presente investigação procura identificar os elementos de soft e *sharp power* observados nas práticas da China, no caso concreto, no campo da atração, persuasão, autoritarismo, censura, manipulação de informações e interferência na realidade, a partir do ponto de vista do realismo neoclássico, conforme desenhado no próximo capítulo.

Enquadramento Teórico

A presente investigação adota o realismo neoclássico, teoria das relações internacionais, como o quadro teórico geral de observação. A corrente teórica, considerada uma versão atualizada do realismo clássico (Santos & Ferreira, 2012, p. 100), foi cunhada por Gideon Rose no artigo “Neoclassical Realism and Theories of Foreign Policy” (1998), no qual revisou quatro trabalhos (Christensen, 1996; Schweller, 1998; Wohlforth, 1993; Zakaria, 1998). Tratando de temas de política externa de grandes potências, esses trabalhos procuram explicar o comportamento do Estado a partir da distribuição de poder em um sistema de poder relativo (Rose, 1998). Rose

resume a visão geral sobre o realismo neoclássico em uma frase: “neoclassical realists argue that relative material power establishes the basic parameters of a country’s foreign policy” (1998, p. 146).

O paradigma teórico realista acompanha as relações internacionais desde o seu nascimento, logo após a primeira guerra mundial, como disciplina autônoma, com o objetivo de estudar e limitar a conflitualidade internacional (Santos & Ferreira, 2012, pp. 22-27). Entre os realistas, Hans Morgenthau é considerado o principal referencial teórico (Lebow, 2013, p. 60; Wohlforth, 2008, p. 132). Na obra *Politics Among Nations*, publicada pela primeira vez em 1948, estabeleceu os seis princípios do realismo político: 1. A política obedece a leis objetivas que resultam da natureza humana (pessimismo); 2. O interesse dos Estados é sempre definido em termos de poder (interesse nacional); 3. A preservação dos Estados é o requisito mínimo das políticas externas; 4. Os princípios morais universais não podem ser aplicados aos atos dos Estados (diferenciação entre moral e política); 5. As aspirações morais de um Estado não podem ser confundidos com os preceitos universais; e 6. Autonomia da política: ações políticas avaliadas conforme critérios políticos (Sardenberg, 2003, p. XIX-XX; Lebow, 2013, p. 63; Santos, 2014, p. 442).

Tabela 2 – Quadro sinótico das versões do Realismo

| Teoria | Principais características | Autores | Obra chave |
|------------------------------|--|--|---|
| Realismo (Realismo Clássico) | <ul style="list-style-type: none"> visão pessimista da natureza humana; anarquia internacional permanente; Estados como atores das relações internacionais; busca pela maximização do poder pelos Estados; interesse calculado em termos de poder e moral subjacentes à decisão política fortalecimento do interesse nacional; e separação entre política interna e política externa. | Hans Morgenthau, Raymond Aron, Edward Carr, Reinhold Niebuhr | Politics Among Nations (Morgenthau, 2003) |

| | | | |
|-----------------------------------|--|---|--|
| Realismo Estrutural (Neorealismo) | <ul style="list-style-type: none"> • estrutura nos relacionamentos internacionais (relação agente/estrutura); • estrutura como fator condicionante da ação dos atores e da mudança; • visão sistêmica do ambiente internacional e não atomística; • anarquia internacional baseada no <i>self-help</i>; • estatocêntrica, mas com admissão de novos atores na cena internacional; • além da política, relevância aos aspectos econômicos, sociais e culturais; • racionalidade: privilégio aos ganhos relativos (custo/benefício); • prioridade ao interesse nacional (questões globais dependem do plano nacional); • separação entre política interna e política externa. | Kenneth Waltz | Theory of International Politics (Waltz, 2002) |
| Realismo Defensivo | <ul style="list-style-type: none"> • mesmas características do realismo estrutural; • Estado como “maximizador de segurança”; • Estados reativos, não tendencialmente preventivos; • imperativo internacional: <i>take care of yourself e self-help</i>; • sistema de “balança de poderes” e “hierarquização das potências”. | Kenneth Waltz | Theory of International Politics (Waltz, 2002) |
| Realismo Ofensivo | <ul style="list-style-type: none"> • mesmas características do realismo estrutural; • Estado como “maximizador de poder”; • sistema de “balança de ameaças”. • principal interesse do Estado: hegemonia, para garantir sobrevivência; • Estados tendencialmente voltados ao ataque. | John Mearsheimer | The Tragedy of Great Power Politics (Mearsheimer, 2001) |
| Novo Realismo | <ul style="list-style-type: none"> • visão estatocêntrica, com relevante papel de outros atores e da estrutura; • relações de poder com papel preponderante; • atualização histórica, considerando a relevância da estrutura e outros atores. | Charles Beitz, Robert Cox | Political Theory and International Relations (Beitz, 1999) |
| Realismo Neoclássico | <ul style="list-style-type: none"> • visão estatocêntrica; • perspectiva de realismo defensivo; • relevância da política, economia, sociedade e cultural; • desigualdade nos interesses estatais: a exclusividade da segurança cede lugar às variáveis estruturais (ex. percepções dos líderes políticos sobre a relação de fatores de poder; transnacionalização dos relacionamentos; interação sociedades/Estado; identidade do Estado) e não estruturais, relacionadas ao plano doméstico (“força de Estado” (Zakaria, 1998, p. 35)); • não há completa distinção entre política doméstica e política internacional; • admite a governação transnacional, mas com a preponderância do Estado. | Gideon Rose, Fareed Zakaria, William Wohlforth, Thomas Christensen, Randall Schweller | Neoclassical Realism and Theories of Foreign Policy (Rose, 1998) |

Nota. Tabela elaborada pela autora com base em Santos & Ferreira (2012); Cox (1997); Rose (1998); Wohlforth (2008); Dunne & Schmidt (2014); Lamy (2014); Mearsheimer (2013); Lebow (2013); Ripsman, Taliaferro & Lobell (2016); Zakaria, (1998)

Contudo, especialmente a partir da segunda metade do século xx, a hegemonia do realismo nas relações internacionais passou a ser desafiada por outras teorias como o neoliberalismo e o construtivismo. Além disso, estudiosos realistas passaram a empreender esforços para adaptar o realismo clássico à diferenciação e ampliação de atores, ao pluralismo da interdependência e às profundas mudanças estruturais no ambiente internacional, o que originaria versões atualizadas do realismo (Santos & Ferreira, 2012, p. 87). Nada obstante as subcorrentes não capturarem toda a diversidade das faces realistas, servem para categorizar argumentos semelhantes e evidenciar o progresso acadêmico (Wohlforth, 2008, p. 141). As versões do realismo comumente apresentadas na literatura, a saber: o clássico, o estrutural, o defensivo, o ofensivo, o novo e o neoclássico (Wohlforth, 2008, pp. 135-143; Dunne & Schmidt, 2014, pp. 103-111; Santos & Ferreira, 2012, pp.90-103), estão sumarizadas na Tabela 2, com informações sobre os principais autores, características e obras de referência.

Assim, o realismo neoclássico, que oferece o quadro teórico geral para a investigação, pode ser definido como a versão teórica mais recente do realismo, procurando incorporar os desafios contemporâneos ao realismo estrutural, através de uma ponte entre os fatores estruturais e os fatores nas unidades de nível, visando explicar o comportamento dos Estados no ambiente internacional (Dunne & Schmidt, 2014, p. 106). Principalmente em virtude da combinação das variáveis de diferentes níveis, é uma teoria promissora para entender o comportamento ambivalente da China, oscilando entre o *soft* e o *sharp power* na diplomacia pública.

O realismo neoclássico assume a variável independente primária do realismo estrutural que parametriza o comportamento geral dos Estados: a anarquia internacional (Wohlforth, 2008, p. 140). A novidade são as variáveis intervenientes de nível das unidades (Estados), ou seja, as políticas domésticas, normalmente classificadas em quatro categorias: percepção dos líderes, cultura estratégica, padrões das relações sociedade/Estado e instituições domésticas (Ripsman, Taliaferro & Lobell, 2016, p. 117). Elas fluem entre os parâmetros do sistema internacional e a política externa dos Estados, interferindo nesta (Rose 1998, 147-148). Cada Estado possui um interesse próprio (Dunne & Schmidt, 2014, p. 106), definido pelo lugar

ocupado no sistema internacional e suas capacidades de poder material relativas, também afetadas pelo sistema (Rose, 1998, p. 146).

Adaptada ao presente estudo, a análise realista neoclássica parte de uma linha de base estrutural (Ripsman, Taliaferro & Lobell 2016, 114-117), composta pelos estímulos sistêmicos que, no exemplo presente, incluem primordialmente as diretrizes da UNESCO para as cidades criativas. Em seguida, desce para o nível de unidade (Estados) em busca das variáveis compreendendo características domésticas da China que impactam a linha de base. Os fatores do nível de unidade podem fortalecer ou enfraquecer a influência das forças do sistema no comportamento dos estados (Rose, 1998, p. 147).

Figura 2 – Modelo Realista Neoclássico de Política Externa aplicado ao caso da China sob estudo



Fonte: Elaborado pela autora com inspiração em Ripsman, Taliaferro & Lobell (2016, p. 59).

O esquema demonstrado na Figura 2 posiciona a China como grande potência, procurando firmar seu espaço no sistema internacional, em posição estrutural paralela a outras potências (Mearsheimer, 2013, pp. 84-86), tendo sua política externa baseada nos interesses construídos no plano doméstico, acrescido dos estímulos sistêmicos. A diplomacia pública chinesa, praticada no âmbito da rede de cidades criativas da UNESCO, envolve claramente a combinação de variáveis sistêmicas e não-sistêmicas evidenciando a relevância do quadro realista neoclássico, uma vez que nem os fatores sistêmicos, nem as variáveis intervenientes do plano doméstico chinês separadamente seriam suficientes para oferecer o suporte à compreensão da dinâmica sob estudo.

Dentro desse enquadramento teórico geral, a pesquisa analisará, de um lado, os elementos de *soft power*, e de outro lado, os elementos de *sharp power* utilizados pela China na variável intercâmbio da diplomacia pública no contexto da rede de cidades criativas da UNESCO, conforme perfil metodológico a seguir delineado.

Nota Metodológica

Duroselle define os estudos de área como “the scientific study of a region presenting a certain politico-social unity with a view to understanding and explaining its place and its role in international society”, enfatizando que tal resultado normalmente é obtido “by the systematic use of all branches of study that may provide valid explanations.” (1952, p. 636).

O estudo de área da China é a perspectiva da presente investigação. Porém, sem a pretensão de ser um amplo estudo, envolvendo áreas diversas da ciência, mas sim, de servir à análise dos processos políticos internacionais no caso concreto, ou seja, a observação do *soft* e do *sharp power* na diplomacia pública da China (Modelska, 1961, p. 143). Portanto, o foco disciplinar está nas relações internacionais, com o objetivo responder à questão de partida: “Em quais tipos de situação o *soft power* inerente à diplomacia pública, cede lugar ao *sharp power* nas relações diplomáticas da China?”.

Considerando o argumento de que a capacidade de persuadir é determinante do nível de interações na esfera internacional, contexto em que o *soft power* é o modelo norteador da diplomacia pública (Santos & Ferreira, 2012, pp. 125-126), a pesquisa tem por objetivo a melhor compreensão sobre o uso do *sharp power* e do *soft power* na prática diplomática chinesa. Aqui, cabe esclarecer que a atuação através do *sharp power* não é algo assumido claramente pela China, mas um comportamento identificado e interpretado por estudiosos e observadores (Leonova, 2019; Melissen & Wang, 2019; NED, 2017; Ney, 2019; Walker & Ludwig, 2017a; Walker & Ludwig, 2017b). Assim, é nesta perspectiva, a da interpretação da autora sobre as práticas da China no âmbito da diplomacia pública, que referido conceito é tratado na investigação.

Não havendo a pretensão de promover generalizações sobre a prática ou o conceito, o método adotado é o estudo de caso (Yin, 2015, p. 4), em que o *sharp* e o *soft power* na diplomacia pública chinesa são o subject e as cidades chinesas no âmbito da rede de cidades criativas da UNESCO são o object.

Atualmente, a China está representada na UCCN¹⁷ por 14 cidades¹⁸, que ingressaram na rede entre 2010 e 2019, sendo que cinco já apresentaram relatório de monitoramento, a saber: Beijing, Chengdu, Hangzhou, Shanghai e Shenzhen (UNESCO, 2019c). Além disso, há cidades em fase preparação de candidatura para concorrer ao ingresso na rede, como é o caso de Meishan. Nesse sentido, o estudo de caso será do tipo múltiplo (Thomas, 2017, p. 160), com análise comparativa da atuação de três cidades chinesas, com diferentes estágios em relação à UCCN: Meishan, que é cidade em fase de preparação de candidatura para 2021; Qingdao, que ingressou na rede em 2017; e Beijing, capital da China, que ingressou na rede em 2012. A comparabilidade das cidades está no compromisso com os objetivos de cooperação internacional que a UNESCO estabelece para a UCCN, manifestado no ingresso ou desejo de ingresso das cidades na rede, situação das três selecionadas. Além disso,

¹⁷ Maiores detalhes sobre a rede de cidades criativas da UNESCO (UCCN) são ofertados no capítulo sobre o estudo de caso.

¹⁸ Incluindo a Região Administrativa Especial de Macau.

as variáveis em observação nesta pesquisa colocam objetividade na análise, levando à equivalência das situações sob comparação (Thomas, 2017, pp. 160-161, 183-184).

A pesquisa adota o estudo de caso tipo snapshot paralelo, com a recolha de dados relativos às três cidades no período de tempo compreendido entre 2016 e 2019, com objetivo de enxergar o todo, estabelecendo o retrato da situação (Thomas, 2017, pp. 160-162).

O estudo de caso é desenvolvido basicamente em três etapas: recolha de dados, análise e discussão dos achados. A recolha de dados adotou as técnicas da observação direta, análise de documentação e análise de registro de arquivos. A observação direta é uma técnica intimamente ligada aos estudos etnográficos, criada por antropólogos (Thomas, 2017, p. 163), mas usada contemporaneamente, em especial nas situações em que o investigador está em situação familiar, da qual faz parte (Thomas, 2017, p. 166). Este é o caso da autora, que como representante de uma das cidades criativas da rede UNESCO, pôde coletar dados diretamente nas cidades que estão sob análise, pelo que as fontes neste caso são: duas visitas à cidade de Beijing (junho de 2016 e setembro de 2017), duas à cidade de Qingdao (junho de 2017 e agosto de 2019) e uma à cidade de Meishan (junho de 2019). Para cada uma das visitas foram preparados relatórios parametrizados com os dados colhidos (Santos, 2016; Santos, 2017a; Santos, 2017b; Santos, 2019a; Santos, 2019b). Quanto às demais técnicas, as fontes são os relatórios de monitoramento das cidades e os sites de internet das cidades analisadas e da UNESCO. Por sua vez, a análise de dados adota a técnica de combinação de padrão, a partir das variáveis selecionadas da diplomacia pública (intercâmbio) e do *soft power* e *sharp power* (elementos observados).

Estudo de caso: cidades chinesas na UNESCO Creative Cities Network

Panorama geral

A UNESCO Creative Cities Network (UCCN) foi criada em 2004 pela organização internacional visando reunir cidades que adotam a criatividade como fator estratégico de desenvolvimento urbano sustentável, distribuindo as 246 cidades de mais de 70 países diferentes em sete clusters: cinema, design, literatura, música, artesanato, gastronomia e mídia arte, visando promover a cooperação internacional (UNESCO, 2019a).

Para ingressar na UCCN, as cidades passam por rigoroso processo de seleção, baseado em critérios como a potencial contribuição para a rede; a qualidade e diversidade das atividades educacionais e treinamentos profissionais; a infraestrutura dedicada à produção e disseminação das atividades e serviços; programas envolvendo públicos socialmente vulneráveis; envolvimento da sociedade civil; dentre outros (UNESCO, 2019b). Ao serem selecionadas para a UCCN, as cidades assumem o compromisso de compartilhar as melhores práticas, participar dos encontros anuais e desenvolver parcerias para promover o desenvolvimento sustentável com base na criatividade e cultura, apresentando relatório de monitoramento quadrienal (UNESCO, 2019b).

A primeira cidade chinesa a ingressar na UCCN em 2008 foi Shenzhen. Nos anos seguintes, a iniciativa foi seguida por outras 13 cidades: Chengdu, Shanghai, Beijing, Hangzhou, Jingdhezhen, Shunde, Suzhou, Changsa, Macau¹⁹, Qingdao, Wuhan, Nanjing e Yangzhou. Outras cidades estão em fase de preparação da candidatura para os próximos processos seletivos, como é o caso de Meishan.

Como já exposto no capítulo das opções metodológicas, o estudo de caso múltiplo está centrado na análise da variável intercâmbio da diplomacia pública e da variável elementos observados no *soft power* e no *sharp power*, a serem verificados nas cidades de Beijing, Qingdao e Meishan.

¹⁹ Nada obstante o estatuto diferenciado de Região Administrativa Especial, para efeitos da UCCN, Macau é considerada cidade chinesa.

A diplomacia pública: variável intercâmbios

Conforme definição orientadora da pesquisa, a diplomacia pública praticada pelas cidades chinesas, alicerçando a atividade diplomática da China como instrumento de sua política externa, é passível de análise em pelo menos três dimensões: sujeitos, motivação e ferramental, sendo a última o objeto de análise ora selecionado, em sua variável intercâmbios.

Entre as cidades sob estudo, Beijing, uma das mais experientes na qualidade de cidade criativa UNESCO na China, declara que o intercâmbio de conhecimento com especialistas estrangeiros é uma prática adotada para o aprimoramento de seus projetos urbanísticos, fortalecimento da sua premiação em design conferida anualmente no China Red Star Design Award, bem como para o fortalecimento de sua imagem como cidade do design, acelerando inclusive o seu poder de influência junto às demais províncias chinesas (Dongliang, 2017, p. 9-10).

Conforme dados colhidos pela técnica de observação direta, que permite uma melhor compreensão acerca das cidades sob estudo, o intercâmbio promovido por tais cidades chinesas normalmente desenvolve-se em seis etapas ou aspectos: formulação do convite, trâmites de visto, recepção na China, visão oferecida da cidade, realização do objetivo, ferramentas usadas para efetivação do intercâmbio.

O convite pode ocorrer por correio eletrônico, telefone ou através do aplicativo de mensagens wechat, bastante popular no país. Normalmente, vem acompanhado da solicitação de envio antecipado dos materiais que serão abordados pelos estrangeiros durante a estadia na China (Santos, 2016; Santos 2017a; Santos, 2019b). Em algumas oportunidades, o convite é formulado diretamente pela cidade chinesa, mas não é rara sua formulação por terceiros, nomeadamente experts estrangeiros ou organizações internacionais, como a UNESCO, na qualidade de intermediários (Santos, 2016; Santos, 2017b; Santos, 2019a). O processo de visto costuma ser acompanhado pela cidade chinesa, que, normalmente, prefere limitar a carta convite ao período do intercâmbio, sem intenção em reter o estrangeiro por mais tempo na cidade ou no país. A recepção tende a ser burocrática e protocolar. Para promover a visão desejada, as cidades utilizam

ferramentas como o envolvimento com as tradições e cultura chinesa, através da experimentação de caligrafia, literatura, confecção de papel, seda, trabalhos de papel recortado, teatro de marionetes, música e gastronomia (Santos, 2017a; Santos, 2019a); visitas técnicas a áreas para as quais a cidade deseja lançar luz, como o design em Beijing, o cinema em Qingdao e as vilas históricas em Meishan e vídeos institucionais. A utilização de city tour turístico e genérico não é um instrumento usual (Santos, 2017b), assim como as apresentações institucionais sobre a cidade, com apoio em power point também não são usuais (Santos, 2019b).

De forma geral, o objetivo do intercâmbio é claro e pragmático, sendo informado no convite, mas pode ser implícito, como exemplificativamente praticou Beijing, em 2016 (Santos, 2016), ocasião em que a demonstração do poder político e econômico não estava explícito como objetivo do intercâmbio, contudo, tendo sido observado pela investigadora como a principal razão do encontro promovido. No geral, é notória a preocupação das cidades chinesas com sua dimensão interna, especialmente destacando o número de estrangeiros presentes na cidade (Santos, 2017a; Santos, 2019b; Santos 2019a). Na perspectiva da investigadora, a atração de estrangeiros parece simbolizar poder para as cidades chinesas.

As principais ferramentas usadas para efetivação do intercâmbio são momentos de networking, proferimento de speeches e apresentações, oitiva de sugestões e conselhos de experts estrangeiros sobre programas chineses, visitas técnicas, entrevistas pela mídia chinesa sobre a impressão dos estrangeiros e envolvimento destes na concepção de programas e projetos chineses. A partir de 2019, também tem sido observado o envolvimento de voluntários universitários chineses, com a promoção de sua estreita interação com os estrangeiros (Santos, 2019b; Santos, 2019a). Curiosamente, é frequente que as sessões de debates não tenham a participação de representantes chineses (Santos, 2017a; Santos, 2017b), protagonizadas apenas por estrangeiros. A razão disso não é clara, mas possivelmente relacionada ao desejo de conter exposição, mantendo a postura mais reservada sobre planos institucionais.

Por fim, vale destacar que a excelência dos serviços de receptivo, a sofisticação dos locais de evento, a presença de autoridades políticas chinesas, a preocupação com a dimensão interna, revelada na comunicação e

identidade visual dos eventos divulgados pelas ruas das cidades, somado à preocupação em divulgar o número de estrangeiros presentes, podem ser destacados como elementos comuns identificados nos intercâmbios promovidos pelas cidades chinesas.

A infraestrutura, aeroportos, estradas, qualidade das instalações e tecnologia são pontos comuns observados nas visitas à China consideradas na pesquisa, assim como a capacidade de investimento, foco, disciplina, trabalho e realização, executados através da excelente visão chinesa, bom planejamento, resiliência, determinação e capacidade de execução e efetivação de planos e metas. Paradoxalmente, tais pontos positivos observados nas cidades chinesas, normalmente, ficam em segundo plano, sem serem colocadas em evidência, nada obstante sejam, inegavelmente, uma potencial fonte de reputação para a China na comunidade internacional, levando à admiração, podendo certamente influenciar comportamentos e interesses dos demais corpos políticos.

O *soft power*: elementos observados

A verificação do *soft power* é realizada pela identificação e análise das variáveis persuasão e atração, verificados pela identificação de elementos enquadráveis nas respectivas variáveis, através da observação direta nas visitas às cidades chinesas objeto desse estudo.

No que se refere à persuasão, as principais ferramentas adotadas são a narrativa sobre o número de estrangeiros atraídos para os eventos chineses; a comunicação e identidade visual espalhadas pela cidade; visitas técnicas; vídeos institucionais; e apresentação institucional com apoio em power point. Para promover a atração, o próprio convite aos estrangeiros é uma medida por excelência. Além disso, as cidades chinesas podem fazer valer-se da demonstração do poder político e econômico revelado na suntuosidade dos locais de evento, banquetes de gala e autoridades nacionais e internacionais atraídas para os eventos; o envolvimento de estrangeiros em atividades culturais e tradições chinesas, bem como em assinaturas e cerimônias; a pessoalidade e aproximação de contato, o que poderia ser traduzido na diplomacia do cidadão e seu poder civil (Clinton, 2010).

Adicionalmente é frequente que os estrangeiros sejam envolvidos e ouvidos sobre programas e projetos chineses. Também são promovidas visitas a patrimônio histórico e cultural; e frequentemente realizada ampla cobertura dos media chineses, entrevistando estrangeiros. Um forte exemplo de medida de atração foi o grande evento promovido pela cidade de Wuhan em Beijing em 2017. Em fase de aplicação ao ingresso na rede UNESCO, Wuhan contou com o apoio de Beijing para a promoção de um grande evento, com conteúdo prático, como apresentações de música e mídia arte, desfile de moda com produção de designers de Wuhan, exposição de jogos e alimentos típicos da cidade, jantar com comida tradicional chinesa da região, além da disponibilização de um representante da cidade para estar durante todo o tempo do evento ao lado de cada convidado, reforçando o discurso sobre a cidade, além de esclarecer dúvidas (Santos, 2017a).

Assim, não há dúvida de que mesmo não assumindo expressamente a prática do *soft power*, as cidades chinesas empregam, com bastante fluência, as ferramentas de poder suave nas suas interações com representantes estrangeiros convidados.

O *sharp power*: elementos observados

Da mesma forma, a observação do *sharp power* é realizada pela identificação e análise de variáveis que, neste caso, consubstanciam-se em medidas e elementos de autoritarismo, censura, manipulação de informações e interferências na liberdade, verificados no trabalho em campo.

Nesta linha, o autoritarismo foi verificado pela pesquisadora de forma evidente em duas situações em Meishan: o impedimento de acesso de chineses locais ao recinto do evento, que contava com a presença de estrangeiros, além de ter sido promovido o represamento de moradores locais durante visita técnica, impedindo o contato com estrangeiros. A censura é observada de forma contundente no acesso restrito a websites estrangeiros, nada obstante a medida possa ser comumente ultrapassada pela utilização dos servidores de VPN (virtual private network). Além disso, o controle prévio de materiais a serem divulgados por estrangeiros na China e o acompanhamento constante dos estrangeiros por representantes chineses

(Santos, 2017b; Santos, 2019a), além do forte aparato de câmeras de vigilância e a restrição de circulação (Santos, 2019a) são medidas adotadas ligadas ao *sharp power*.

Já a manipulação de informações ocorre com a censura à internet, fortalecendo as narrativas chinesas; ou no impedimento de contato entre estrangeiros e moradores locais; e possivelmente se faz com o controle de conteúdo que é traduzido do inglês para o chinês nas interpretações simultâneas²⁰ (Santos, 2017b; Santos, 2019b). Por fim, a variável interferências na liberdade verifica-se no acesso controlado à internet, no controle de circulação de estrangeiros e no monitoramento de estrangeiros em território chinês.

Destarte, nada obstante o *sharp power* não ser uma prática deliberadamente assumida pelas cidades chinesas ou pelo governo chinês, sendo mesmo negada por autores daquele país (Peng, 2019; Si, 2018; Jun, 2017), os elementos colhidos na observação direta nas cinco cidades analisadas envidenciam que é uma estratégia a que a China frequentemente recorre.

Conclusão

Vede como César insiste em nos revelar sua capacidade de construir pontes e máquinas de guerra e como se mostra relativamente discreto ao comentar seus feitos e gestos de soldado, sua valentia, e sua maneira de comandar os exércitos. Quer mostrar se excelente na engenharia, de que entende pouco, quando seus atos testemunham a grandeza do capitão (Montaigne, 1595/1984, p. 40).

A reflexão de Montaigne no século XVI, em ensaio intitulado “Maneira de agir de alguns embaixadores”, é representativa de nossa conclusão sobre a diplomacia pública chinesa. A China é uma grande potência, procurando firmar seu espaço no sistema internacional entre outras potências, onde provavelmente, um de seus principais trunfos é o desenvolvimento tecnológico e de infraestrutura, aliados à capacidade de investimento, trabalho e realização, impulsionados pela forte disciplina. Inegavelmente, de forma

²⁰ As reações do público em algumas das ocasiões levam a tais suposições.

mais relevante do que as tradições e cultura chinesa (D'Hooghe, 2005), tais aspectos constituem um importante ativo para exercício da atração e persuasão da China no ambiente internacional, contudo não explorado de forma consciente e pragmática.

A pesquisa, realizada na perspectiva de estudo de área, através da observação direta em cinco visitas a cidades criativas chinesas permitiu o melhor entendimento sobre as medidas específicas de diplomacia pública adotadas na prática corrente pela China, nas variáveis do *soft power* e do *sharp power*, revelando ainda o efetivo desejo do país em inserir-se como protagonista no ambiente internacional, já que as cidades chinesas trabalham integradas às estratégias de política externa do governo nacional, revelando uma atuação baseada nos interesses construídos e a construir no plano doméstico, acrescido dos estímulos sistêmicos, como as diretrizes da UNESCO, bastante presente na realidade chinesa, inclusive através da participação de suas cidades na UCCN, revelando a combinação de variáveis sistêmicas e não-sistêmicas, que são inerentes ao quadro realista neoclássico adotado para o enquadramento da pesquisa.

O estudo de caso realizado indica que, nada obstante as fortes vantagens observadas no caso da China na perspectiva do *soft power*, o fato é que as medidas de *sharp power* das quais efetivamente lança mão, como o controle de circulação dos estrangeiros, seu monitoramento constante em algumas estadias na China, além do controle de acesso a determinados websites ocidentais são práticas incorporadas ao modo de ser chinês, que, contudo, afrontam duramente os padrões a que estão habituados os não chineses, adquirindo relevância e importância capazes de superar a força de suas variáveis de *soft power*.

Retornando à questão de partida, concluímos esse estudo com a constatação de que o *soft power* não cede lugar ao *sharp power* em determinados tipos de situação, mas sim que os dois modelos caminham juntos, como a forma particular de ser e agir da China e de suas cidades nas suas relações internacionais. De toda forma, é notório que a China segue determinada a firmar seu espaço e posição entre as maiores ou como maior potência mundial e certamente atingirá o equilíbrio necessário entre o *soft* e *sharp power* na diplomacia pública para que seus objetivos sejam concretizados.

Reference List

- Beitz, C. R. (1999). *Political Theory and International Relations: with a new afterword by the author*. New Jersey: Princeton University Press.
- Castro, T. (2016). *Teoria das Relações Internacionais*. (3ª ed. rev.). Brasília: Funag.
- Christensen, T. (1996). *Useful Adversaries: Grand Strategy, Domestic Mobilization, and Sino-American Conflict, 1947-1958*. New Jersey: Princeton University Press.
- Clinton, H. R. (2010). Leading Through Civilian Power. *Foreign Affairs*. Retrieved from < <https://www.foreignaffairs.com/articles/north-america/2010-11-01/leading-through-civilian-power>>.
- Cox, R. W. (1987). *Production, Power and World Order: social forces in the making of history*. New York: Columbia University Press.
- Cox, R. W. (1997). Introduction. In R. W. Cox, *The New Realism: Perspectives on Multilateralism and World Order*. London: MacMillan Press.
- Cull, N. J. (2009). Public Diplomacy before Gullion: the Evolution of a Phrase. In N. Snow & P. M. Taylor (eds.), *Routledge Handbook of Public Diplomacy*. New York: Routledge.
- Cull, N. J. (2019). *Public Diplomacy: foundations for global engagement in the digital age*. Cambridge, Medford: Polity Press.
- Curtis, S. & Acuto, M. (2018). The Foreign Policy of Cities. *The RUSI Journal*, 163(6), 8-17. doi:10.1080/03071847.2018.1562014.
- D’Hooghe, I. (2005). Public Diplomacy in the People’s Republic of China. In J. Melissen (ed.), *The New Public Diplomacy: Soft Power in International Relations*. (88-105). New York: Palgrave Macmillan.
- Derichs, Claudia (2015). Shifting Epistemologies in Area Studies: from Space to Scale. *Middle East Topics & Arguments*, Vol. 4, 29-36. doi: 10.17192/meta.2015.4.2981.
- Dongliang, Chen. (2017). *Monitoring Report: Beijing City of Design*. Beijing: Beijing City of Design Coordination and Promotion Commission Office. Retrieved from < https://en.unesco.org/creative-cities/sites/creative-cities/files/monitoring-reports/2017%20beijing_mmr-compressed.pdf>.
- Dunne, T. & Schmidt, B. C. (2014). Realism. In J. Baylis, S. Smith & P. Owens, *The Globalization of World Politics: an introduction to international relations*. (6th ed.). (99-112). Oxford: Oxford University Press.
- Duroselle, J. B. (1952). Area Studies: Problems of Method. *International Social Science Bulletin*, vol. IV (4), 636-646.
- Jun, A. (2017). Why The Economist Failed to Grasp China’s Influence?. *Global Times*. Retrieved from < <http://www.globaltimes.cn/content/1081108.shtml>>.

- Lamy, S. L. (2014). Contemporary mainstream approaches: neo-realism and neo-liberalism. In J. Baylis, S. Smith & P. Owens, *The Globalization of World Politics: an introduction to international relations*. (6th ed.). (126-140). Oxford: Oxford University Press.
- Lebow, R. N. (2013). Classical Realism. In Dunne, T., Milja K., Smith, S., *International Relations Theories: Discipline and Diversity*. (3rd ed.) (59-76). Oxford: Oxford University Press.
- Leonova, O. (2019). *Sharp Power – the New Technology of Influence in a Global World*. *Mirovaia ekonomika i mezhdunarodnye otnosheniia*, 63(2), 21-28. doi: 10.20542/0131-2227-2019-63-2-21-28.
- Lobell, S. E., Ripsman, N. M. & Taliaferro, J. W. (2009). *Neoclassical Realist Theory of International Politics*. New York: Oxford University Press.
- Magalhães, J. C. de (1982). *A Diplomacia Pura*. Lisboa: APRI.
- Martins, M. M. (2017). Utilidade das Perspectivas Teóricas: Um Exemplo Aplicado ao Estudo da Participação Política no Quadro da Perspectiva Funcionalista e da Perspectiva Sistémica. Documento não publicado, ISCSP, Lisboa.
- Mearsheimer, J. J. (2001). *The Tragedy of Great Power Politics*. New York: W. W. Norton.
- Mearsheimer, J. J. (2013). Structural Realism. In T. Dunne, M. Murki & S. Smith, *International Relations Theories: discipline and diversity*. (3rd ed.). (77-93). Oxford: Oxford University Press.
- Melissen, J. (2001). *Beyond the New Public Diplomacy*. [Working Paper. Clingendael Paper n. 3]. The Hague: Netherlands Institute of International Relations ‘Clingendael’, Haia, Holanda.
- Melissen, J. (2005). The New Public Diplomacy: between theory and practice. In J. Melissen (Ed.), *The New Public Diplomacy: Soft Power in International Relations*. (3-27). New York: Palgrave Macmillan.
- Melissen, J. & Wang, Jian. (2019). *Introduction: debating public diplomacy*. *The Hague Journal of Diplomacy* 14(1), 1-5.
- Mendes, N. C. (2017). *História e Conjuntura das Relações Internacionais*. Lisboa: ISCSP.
- Modelski, G. (1961). International Relations and Area Studies. *International Relations*, 2(3), 143–155. doi:10.1177/004711786100200303.
- Montaigne, M. E. de. (1984). *Ensaaios*. (S. Milliet, Trad.). (3ª ed.) São Paulo: Abril.
- Morgenthau, H. J. (1952). Area Studies and The Study of International Relations. *International Social Science Bulletin*, vol. IV (4), 647-655.
- Morgenthau, H. J. (2003). *A Política Entre as Nações*. (K. W. Thompson, Trad.). Brasília: Funag.

- National Endowment for Democracy (NED). (2017, dec., 5). *Sharp Power: rising authoritarian Influence. International Forum for Democratic Studies*. Retrieved from <<https://www.ned.org/sharp-power-rising-authoritarian-influence-forum-report/>>.
- Nye, J. S., Jr. (2004a). *Soft Power: The Means to Success in World Politic*. (4th ed.). New York: public Affairs.
- Nye, J. S. (2004b, feb., 8). *The benefits of soft power. HBS Working Knowledge*. Retrieved from <<https://hbswk.hbs.edu/archive/the-benefits-of-soft-power>>.
- Nye, J. S. (2008). *Public Diplomacy and Soft Power. Annals, AAPSS*, 616, pp. 94-109
- Nye, J., Jr. (2018, jan., 24). How Sharp Power Threatens Soft Power: the right and wrong ways to respond to authoritarian influence. *Foreign Affairs*. Retrieved from <<https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2018-01-24/how-sharp-power-threatens-soft-power>>.
- Nye, J., Jr. (2019). Soft Power and Public Diplomacy Revisted. Introduction: debating public diplomacy. *The Hague Journal of Diplomacy* 14(1), 7-20.
- Peng, W. (2019, may, 2). Unpacking Misconceptions. *Beijing Review*, 28. Retrieved from <http://www.bjreview.com/CHINA_INSIGHT_2019/MAY_2019/201907/t20190702_800172475.html>.
- Pisarska, K. (2016). *The Domestic Dimension of Public Diplomacy: evaluating success through civil engagement*. London: Palgrave MacMillan.
- Pluijm, R. van der & Melissen, J. (2007). *City Diplomacy: the expanding role of cities in international politics*. [Clingendael Diplomacy Papers n. 10]. The Netherlands Institute of International Relations Clingendael, Hague, Netherlands. Retrieved from <https://www.uclg.org/sites/default/files/20070400_cdsp_paper_pluijm.pdf>.
- Ripsman, N. M., Taliaferro, J. W. & Lobell, S. E. (2016). *Neoclassical Realism, the State, and Foreign Policy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Rose, G. (1998). *Neoclassical Realism and Theories of Foreign Policy. World Politics*, Vol. 51, 1, 144-172.
- Santos, N. A. S. F. dos (2016, junho). Relatório Beijing. Unpublished manuscript, UCCN, Santos.
- Santos, N. A. S. F. dos (2017a, setembro). Relatório Beijing. Unpublished manuscript, UCCN, Santos.
- Santos, N. A. S. F. dos (2017b, junho). Relatório Qingdao. Unpublished manuscript, UCCN, Santos.
- Santos, N. A. S. F. dos (2019a, junho). Relatório Meishan. Unpublished manuscript, UCCN, Santos.
- Santos, N. A. S. F. dos (2019b, agosto). Relatório Qingdao. Unpublished manuscript, UCCN, Santos.

- Santos, V. M. dos & Ferreira, M. J. M. (2012). *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: ISCSP.
- Santos, V. M. dos. (2014). Realismo. In N. C. Mendes & F. P. Coutinho (orgs.), *Enciclopédia das Relações Internacionais*. (441-443). Lisboa: ISCSP.
- Sardenberg, R. M. (2003). Prefácio: Hans J. Morgenthau: Política Entre Nações. In H. Morgenthau, *A Política Entre as Nações*. (K. W. Thompson, Trad.). Brasília: Funag.
- Schneider, C. P. (2005). Culture Communicates: US Diplomacy That Works. In J. Melissen (ed.), *The New Public Diplomacy: Soft Power in International Relations*. (147-168). New York: Palgrave Macmillan.
- Schweller, R. (1996). Neo-Realism's Status-Quo bias: what security dilemma? *Security Studies*, 5, 90-121.
- Sharp, P. (2005). Revolutionary States: Outlaw Regimes and the Techniques of Public Diplomacy. In J. Melissen (ed.), *The New Public Diplomacy: Soft Power in International Relations*. (106-123). New York: Palgrave Macmillan.
- Si, L. (2018, feb., 13). Spotlight: who's behind the term "sharp power"? *Xinhua*. Retrieved from < http://www.xinhuanet.com/english/2018-02/13/c_136972986.htm>.
- Thomas, G. (2017). *How to do your Research Project: a Guide for Students* (3rd ed.). London, Thousand Oaks, New Delhi, Singapore: Sage.
- UNESCO. (2019a). *Creative Cities*. Retrieved from < <https://en.unesco.org/creative-cities/>>.
- UNESCO. (2019b). UNESCO *Creative Cities Network Call for Applications 2019: Application Guide*. Retrieved from <https://en.unesco.org/creative-cities/sites/creative-cities/files/2019-uccn-call_application-guide_en_1.pdf>.
- UNESCO. (2019c). *Reporting & Monitoring*. Retrieved from < <https://en.unesco.org/creative-cities/content/reporting-monitoring>>.
- United States. Wilson, W. (1918). *Address of the President of the United States: delivered at a joint session of the two houses of Congress*, January 8, 1918. Washington: USA Government Printing Office.
- Vasquez, J. A. (1999). *The Power of Power Politics: from classical realism to neotraditionalism*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Walker, C. & Ludwig, J. (2017a, nov., 16). The Meaning of Sharp Power: how authoritarian states project influence. *Foreign Affairs*. Retrieved from <<https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2017-11-16/meaning-sharp-power>>.
- Walker, C. & Ludwig, J. (2017b). *From 'Soft Power' to 'Sharp Power': rising authoritarian influence in the democratic world. Sharp Power: rising authoritarian influence*. National Washington: National Endowment for Democracy. Retrieved from < <https://www.ned.org/wp-content/uploads/2017/12/Sharp-Power-Rising-Authoritarian-Influence-Full-Report.pdf>>

- Waltz, K. N. (2002). *Teoria das Relações Internacionais*. (M. L. F. Gayo, Trad.). Lisboa: Gradiva.
- Wang, J. (2011). Introduction: China's Search of Soft Power. In J. Wang (ed.), *Soft Power in China: Public Diplomacy through Communication*. (1-18). New York: Palgrave MacMillan.
- Wohlforth, W. (1993). *Elusive Balance: Power and Perceptions during the Cold War*. Ithaca: Cornell University Press.
- Wohlforth, W. C. (2008). Realism. In C. Reus-Smith & D. Snidal (eds.), *The Oxford Handbook of International Relations*. (131-149). New York: Oxford University Press.
- Yin, R. K. (2015). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. (C. M. Herrera, Trad.).
- Zaharna, R. S. (2010). *Battles to Bridges: US communication and public diplomacy after 9/11*. New York: Palgrave.
- Zakaria, F. (1998). *From Wealth to Power: The Unusual Origins of America's World Role*. New Jersey: Princeton University Press. [Arquivo Kindle].
- Zhang, X. (2011). China's International Broadcasting: A Case Study of CCTV International. In J. Wang (ed.), *Soft Power in China: Public Diplomacy through Communication*. (57-72). New York: Palgrave MacMillan.